



DIALOGISMO E EXPERIÊNCIAS DISCURSIVAS EM *O SENHOR EMBAIXADOR*

Bruno Brizotto

Doutor em Letras

Resumo: O ensaio examina *O Senhor Embaixador* (1965), de Erico Verissimo (1905-1975), sob o ponto de vista das “experiências discursivas individuais” (Bakhtin, 2003) das personagens Pablo Ortega e Roberto Valencia, as quais se constroem em contextos discursivos marcados por um intenso embate ideológico, situação que atesta o traço dialógico e polifônico da linguagem e, conseqüentemente, do gênero discursivo romance.

Palavras-chave: Linguagem; Dialogismo; Experiência discursiva individual; *O Senhor Embaixador*; Erico Verissimo.

Abstract: The essay examines *His Excellency, the Ambassador* (1965), by Erico Verissimo (1905-1975), from the point of view of the “individual discursive experiences” (Bakhtin, 2003) of the characters Pablo Ortega and Roberto Valencia, which are constructed in discursive contexts marked by an intense ideological clash, a situation that attests the dialogic and polyphonic trait of the language and, consequently, of the discursive genre novel.

Keywords: Language; Dialogism; Individual discursive experience; *His Excellency, the Ambassador*; Erico Verissimo.

Em um século marcado pela ascensão de políticas antidemocráticas (Snyder, 2017; 2019) em diversos países europeus, bem como pelo potencial colapso de

democracias outrora tidas como solidamente estáveis, como os Estados Unidos da América (Levitsky; Ziblatt, 2018), torna-se indispensável refletirmos sobre o papel desempenhado pela História como disciplina de base para compreendermos o mundo do qual somos parte constitutiva. No âmbito dessa reflexão, Snyder (2017, p. 11) afirma com argúcia que “a história não se repete, mas ensina”, e que ao recorrermos a ela “quando nossa ordem política parece estar em perigo é uma tradição americana fundamental” (p. 12). Ao que acrescentaríamos: não só uma tradição americana, mas também global, uma vez que o estudo e a problematização de eventos passados carrega em seu bojo lições valiosas para todo e qualquer intérprete da história da humanidade. Ainda segundo o historiador britânico, “a história tem o poder de familiarizar e também de advertir” (Snyder, 2017, p. 13). Nesse sentido, ao enfrentarmos uma situação análoga à das democracias europeias que sucumbiram ao autoritarismo de direita nas décadas de 1920 e 1930, podemos confiar ao discurso histórico uma espécie de chave interpretativa para nos familiarizarmos com tais ocorrências e, ao mesmo tempo, extrair delas as advertências aí presentes para, assim, sermos capazes de enfrentá-las com sabedoria e perspicácia.

Ora, se a história possui tal capacidade de ensinar aos indivíduos como estes podem se portar diante de fatos pretéritos, bem como de instigar à empreitada de aprender com os erros e acertos de tempos idos, a literatura, espaço no qual “a palavra é o componente material essencial” (Dacanal, 1995, p. 10), apresenta igualmente condições de cumprir um papel transformador e formativo sobre os horizontes de expectativas (Jauss, 1994) dos sujeitos. Tais modalidades discursivas manifestam características próprias, haja vista o fato de a diferença ser o elemento fundante, ao considerarmos a história e a literatura, como já demonstrava Aristóteles em sua *Poética*, ao discorrer sobre o ofício do historiador e o do poeta. Para o Estagirita, competiria ao primeiro “relatar o que aconteceu” (Aristóteles, 2004, p. 54), ao passo que ao segundo caberia narrar “o que poderia acontecer” (p. 54). Corolário disso é o fato de o poeta e, conseqüentemente, o autor de ficção, possuir as ferramentas necessárias para contar o que poderia ter acontecido “de acordo com o princípio da verossimilhança e da necessidade” (Aristóteles, 2004, p. 54), configurando, desse modo, um universo ficcional tão relevante e problematizador de aspectos da realidade quando àquele posto em prática pelo historiador em seus relatos historiográficos.

Nessa linha de raciocínio, entra em cena um importante fator que subjaz à análise de textos ficcionais e seu confronto com uma conjuntura histórica mais ampla. Estamos falando da função política da literatura e, por extensão, de toda obra de arte. A referida função, segundo Dacanal (1995, p. 12), “se manifesta [...] quando a obra, literária no caso, passa a ser um ponto de referência no contexto das relações histórico-sociais em que nasce, atuando, direta ou indiretamente, como elo de ligação entre a totalidade ou parte dos indivíduos que compõem a comunidade ou o grupo”. Logo, o ato de escrever ficção não seria gratuito; ao contrário, constituiria um ato político, uma vez que textos desse porte teriam o poder de agir sobre a mentalidade das pessoas, tornando-as capazes de encarar a realidade com um olhar diferenciado e indubitavelmente mais crítico.

No célebre ensaio “Por que escrevo” (1946), o ficcionista inglês George Orwell sustenta que, afora “a necessidade de ganhar a vida” (2021, p. 12), existiriam “quatro grandes motivos para escrever, ao menos para escrever prosa” (p. 12), os quais, segundo o autor de *1984*, variariam de acordo com cada escritor, a época histórica em questão e o sistema literário vigente. São eles: “puro egoísmo”, “entusiasmo estético”, “impulso histórico” e “propósito político” (p. 12-14). Interessa-nos, para o escopo deste trabalho, o quarto motivo, descrito por Orwell por meio das seguintes palavras, as quais, como veremos, coadunam-se com a funcionalidade política da literatura conforme definida por Dacanal (1995). Consoante o autor inglês: “Propósito político – com o termo “político” empregado no sentido mais amplo possível. O desejo de impelir o mundo em certa direção, de alterar a concepção dos outros quanto ao tipo de sociedade que deveriam almejar. [...] nenhum livro é genuinamente isento de viés político” (Orwell, 2021, p. 13).

E é precisamente no âmago desse contexto que vê o discurso literário como meio de problematização de aspectos políticos da sociedade, tais como a crise da democracia e o recrudescimento de ideais autoritários, que a ficção de Erico Verissimo (1905-1975) pode ser trazida ao debate, sobretudo em sua fase dita política, a qual engloba os seus três últimos romances: *O Senhor Embaixador* (1965), *O Prisioneiro* (1967) e *Incidente em Antares* (1971). Para Bordini (2003, p. 150), nos dois primeiros “questiona-se eticamente o direito de intervenção externa nos assuntos internos das nações [...], e [no terceiro] a estrutura moral de uma sociedade que viola os direitos

mais fundamentais de seus cidadãos, os de viver e de morrer com dignidade”. Importa registrar, nesse sentido, que, para os fins deste escrito, tomaremos como objeto de escrutínio o primeiro livro dessa tríade de romances nos quais a função política da literatura encontra território fértil na tessitura narrativa, visto estarmos diante de “uma ficção comprometida sobretudo em representar a nossa fragilidade de criaturas face dos equívocos da idade contemporânea” (Cesar, 1972, p. 52).

Publicado logo após *O Arquipélago*, derradeira parte de *O Tempo e o Vento* (1949-1962), *O Senhor Embaixador* simboliza a preocupação de seu criador frente aos problemas de seu tempo, os quais não poderiam de forma alguma ser negligenciados no âmbito da ficção. O inconformismo de Erico pode ser lido em sua declaração, presente na quarta capa da edição de 1970 de *O Prisioneiro*: “Compreendi, há muito, que não podia continuar sentado à sombra duma árvore, silencioso e omissos, vendo e sentindo o mundo e as dores de seu tempo através apenas de notícias de jornal”. Em entrevista a Celito de Grandi, datada de novembro de 1971, o autor de Cruz Alta, ao ser questionado sobre a função social, de denúncia, da literatura, sustenta a seguinte posição ideológica, reforçando a visão exposta um ano antes: “Não vejo como um romancista que escreve sobre estes nossos tempos possa deixar de focar os problemas sociais e políticos que lhe estão saltando na cara, todos os dias [...] e o que dói na carne dum vietnamita ou dum dominicano de certo modo dói também na nossa” (Verissimo, 1999, p. 82).

Logo, a redação de um romance da envergadura de *O Senhor Embaixador* possibilitaria a seu autor o cumprimento de dois propósitos, os quais são claramente expostos no segundo volume de suas memórias, *Solo de Clarineta* (1976). Em primeiro lugar, a obra “me oferecia a oportunidade de estudar a estrutura política, econômica e social dessas republiquetas da América Central e do Sul e suas relações com o irmão maior e mais rico, os Estados Unidos” (Verissimo, 2005, p. 58). Em segundo, “o romance se prestaria [...] para mexer com um problema que sempre me preocupou: a participação do intelectual na política militante e, mais especificamente, numa revolução de caráter violento” (p. 58-59). Está manifesta, assim, uma atitude de atenção e cuidado por parte de Erico frente a uma etapa histórica altamente complexa e dinâmica, a saber, a Guerra Fria (1947-1991). *O Senhor Embaixador* é, desse modo, uma narrativa na qual “a República do Sacramento compreend[e] toda a América

Latina, sua imaturidade política, os ardis diplomáticos, as ditaduras constitucionais e as outras, o jogo escuso das chancelarias, os idealismos frustrados, os instintos à solta” (Cesar, 1972, p. 53). E a contínua luta pelo poder na simbólica República do Sacramento evidencia o caráter político dessa obra de Erico Verissimo, circunstância que permite a Appel (2009) classificar o livro como um romance político e um importante representante do filão latino-americano de obras voltadas para ditadores e ditaduras, como os célebres *Tirano Banderas*, de Ramón del Valle-Inclán, *O Senhor Presidente*, de Miguel Ángel Asturias, *Eu, o Supremo*, de Roa Bastos, *O Outono do Patriarca*, de Gabriel García Márquez, *A Festa do Bode*, de Mario Vargas Llosa¹, entre tantos outros. “O romance de Erico Verissimo se inclui nesse mosaico de obras que operam o desvelamento da realidade iníqua das ditaduras das *banana republics*”, arremata Appel (2009, p. 11).

Levando em conta que *O Senhor Embaixador* completará sessenta anos de publicação no ano de 2025, julgamos apropriado tecer algumas considerações sobre essa importante obra de Erico Verissimo, a qual, ao fazer um sério alerta para os perigos da instalação de um regime autoritário em qualquer nação suscetível a tal circunstância, possibilita igualmente uma autêntica reflexão sobre a relevância de um elemento aparentemente simples e que, por vezes, pode passar despercebido pelo analista: a linguagem.

Experiências discursivas em *O Senhor Embaixador*: os embates ideológicos entre Pablo Ortega e Roberto Valencia

Fenômeno onipresente em nossas tentativas de compreender o mundo que nos cerca, seja em sua modalidade verbal, seja em sua faceta não-verbal, a linguagem caracteriza-se como “o centro do ser humano, quando considerada no âmbito que só ela consegue preencher: o âmbito da convivência humana, o âmbito do entendimento, do consenso crescente, tão indispensável à vida humana como o ar que respiramos” (Gadamer, 2002a, p. 182). Tal relevância da linguagem para os seres humanos pode igualmente ser percebida nas palavras de Bakhtin (2003, p. 261), quando este afirma

¹ Do autor peruano, pode-se igualmente incluir nessa lista o romance *Tempos Ásperos* (2019).

que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Nesse sentido, somos capazes de nos comunicarmos mediante o emprego de distintos mecanismos linguísticos, os quais, por sua vez, atenderiam ao seguinte princípio bakhtiniano, a saber: “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (Bakhtin, 2003, p. 262). Isso significa que o uso de tais gêneros discursivos se dá conforme as necessidades dos falantes em contextos pragmáticos bem definidos, que podem ser os mais diversos como, por exemplo, uma palestra, uma compra no supermercado, uma aula, uma reunião de negócios, uma conversa familiar, uma entrevista de emprego etc. Em termos práticos, portanto, se o sujeito almeja ser compreendido em qualquer situação discursiva deverá fazer uso das ferramentas próprias para tal, isto é, precisará manipular com propriedade o gênero discursivo em questão para, assim, atingir os seus objetivos comunicativos.

Ao aceitarmos o enunciado como “*unidade real da comunicação discursiva*” (Bakhtin, 2003, p. 269) e o discurso somente podendo existir “de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso” (p. 274), está manifesto que adotamos uma postura dialógica do fenômeno da linguagem, ou seja, para que uma situação comunicativa alcance pleno êxito faz-se imprescindível a presença de sujeitos atuantes e conscientes de seus papéis enquanto atores linguísticos, sejam estes falantes ou ouvintes, visto ambos terem papel ativo no jogo da comunicação (Bakhtin, 2003). Realmente, “o homem é o ser que possui linguagem, [uma vez que] tudo que é humano deve poder ser dito entre nós”, na arguta observação de Gadamer (2002a, p. 182).

Enquanto seres possuidores de linguagem, os indivíduos manifestam tendência natural para o diálogo, “a forma clássica de comunicação discursiva”, segundo Bakhtin (2003, p. 275). Basta lembrar, por exemplo, dos célebres diálogos platônicos protagonizados por Sócrates para se ter uma ideia da relevância de tal forma discursiva². Carregando em seu âmago traços como a precisão e a simplicidade, o

² Como registra o autor de *Verdade e método*: “Assim, quando se dá o diálogo sentimo-nos plenos. O jogo da fala e da réplica prolonga-se para um diálogo interior da alma consigo mesma, como Platão já havia tão bem qualificado o pensamento” (Gadamer, 2002a, p. 180).

diálogo apresenta-se como elemento estruturante da comunicabilidade humana, como fica bem evidente nas perspectivas de Bakhtin (2003) e Gadamer (2002a, 2002b), estudiosos que fundamentam a nossa compreensão do fenômeno da linguagem. Afirmar o pensador russo: “Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva” (Bakhtin, 2003, p. 275). Proveniente de uma tradição teórica distinta, o hermeneuta alemão, por sua vez, declara que “o caminho da verdade passa pelo diálogo” (Gadamer, 2002b, p. 247). E define diálogo como “aquilo que deixou uma marca. O que perfaz um verdadeiro diálogo não é termos experimentado algo de novo, mas termos encontrado no outro algo que ainda não havíamos encontrado em nossa própria experiência de mundo” (p. 247). Nota-se, em ambos os autores, uma espécie de característica transformadora intrínseca ao diálogo, uma vez que, ao sermos confrontados com o horizonte do outro, é-nos exigida uma atitude de resposta, a qual, por seu turno, modifica nossas próprias perspectivas acerca do assunto em questão, configurando, desse modo, um rico processo de troca de conhecimento e de experiências.

Nessas perspectivas, uma série de fragmentos de *O Senhor Embaixador* atestam o caráter dialógico da linguagem, o qual, por seu turno, traduz-se em um conjunto de embates ideológicos protagonizados por Pablo Ortega e Roberto Valencia. É bastante útil, nesse sentido, a ideia de “experiência discursiva individual”, conforme delineada por Bakhtin. Consoante o autor russo, “essa experiência pode ser caracterizada como processo de *assimilação* – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua)” (Bakhtin, 2003, p. 294). Isso significa dizer que todo e qualquer enunciado se encontra imbuído das palavras dos outros, ou seja, o fenômeno da linguagem, em sua essência, faz uso de uma ampla rede intertextual e interdiscursiva de enunciados. No caso em exame, as distintas posições ideológicas sustentadas por Ortega e Valencia carregam em si a influência e a presença de outros discursos, os quais atuam como elementos de fortalecimento e norteamiento das respectivas visões de mundo por eles defendidas. Logo, o discurso de cada um deles, bem como o nosso próprio, apresenta “um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras

dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos”, conclui Bakhtin (2003, p. 294-295).

Com a derrubada do governo de Juventino Carrera pelas forças revolucionárias comandadas por Miguel Barrios, das quais Ortega e Valencia fazem parte, Gabriel Heliodoro Alvarado deixa de ser embaixador do Sacramento em Washington, Estados Unidos da América, devido a sua captura e consequente prisão. Uma vez cativo, tem direito a um julgamento, ainda que seu passado e suas ações criminosas deponham fortemente contra ele. E é na figura do jovem Pablo que Alvarado encontrará o seu advogado de defesa, ao passo que competirá a Valencia a incumbência de atuar como promotor. Instaura-se, portanto, uma verdadeira luta ideológica que tem como pano de fundo o destino de Gabriel Heliodoro.

Proveniente de uma rica e tradicional família da República do Sacramento, Pablo Ortega y Murat é um intelectual idealista de aproximadamente trinta anos, discípulo de Leonardo Gris, exilado sacramentino na capital norte-americana e forte opositor ao governo de Juventino Carrera. Importa dizer que muito do que este jovem defende tem sua base ideológica nas lições e conversas mantidas com o eminente professor, circunstância que corrobora a tese bakhtiniana acerca da presença da palavra do outro em nossos próprios enunciados³. Conforme descrição feita por Clare Ogilvy, funcionária americana contratada da embaixada do Sacramento em Washington: “Cara morena, extremamente atraente, boca de desenho nítido com uma expressão em que se combinam doçura e energia” (Verissimo, 2009, p. 54). Reservado e profundo defensor da liberdade, “parece estar atravessando uma séria crise [...]. Vive atormentado por um agudo sentimento de culpa por servir um Governo que considera corrupto” (id. p. 54). Quando finalmente opta pela ação, deixa o cargo de primeiro-secretário na embaixada e adere às forças rebeldes de Barrios a fim de livrar o seu país natal da ditadura de Carrera, ocupando o posto de capitão e assessor do Ministério de Propaganda e Informação do Governo Revolucionário. À medida que a trama se desenrola, Gabriel Heliodoro, outrora ele próprio um revolucionário que ajudara seu amigo Carrera a depor o sanguinário ditador Chamorro do poder, “submerge cada vez mais na aceitação da violência, da tortura e da aniquilação como

³ Cf. Verissimo (2009, p. 85-94; 187-195) para um conjunto de diálogos entre Ortega e Gris, fato que evidencia a influência ideológica do segundo sobre a visão de mundo do primeiro.

meio de sobrevivência” (Appel, 2009, p. 12). E Ortega se transforma, assim, “em símbolo da indecisão entre duas realidades polares, trazendo em si as contradições, fracassos e ilusões de grupos antagônicos que nele confluem e se entrecruzam. Torna-se o centro agônico por onde passam as decisões e a partir do qual se estendem os conflitos do romance” (Appel, 2009, p. 12).

No extremo oposto, encontra-se Roberto Valencia, o político pragmático. Nas palavras de Pablo Ortega, dirigidas a seu amigo, o jornalista estadunidense William B. Godkin: “Esse é o ideólogo, o verdadeiro cérebro desta Revolução [...] marxista [...] Treinado em Moscou. Mestre na arte de guerrilhas. Um organizador habilíssimo, de cabeça fria. Sabe e consegue o que quer... e sem olhar os meios” (Verissimo, 2009, p. 348). Na qualidade de Secretário-Geral do Comitê Central Revolucionário, Valencia detém grande poder político sobre o destino da Revolução, conforme podemos ler na seguinte passagem do romance: “Sua onipotência lhe vinha do fato de, além de exercer completo domínio sobre Miguel Barrios, ter tido o cuidado de nomear homens de sua inteira confiança para governar as províncias e ocupar os postos-chaves no Comitê Central Revolucionário” (Verissimo, 2009, p. 371). Sóbrio, objetivo e obstinado, Valencia apresenta “uma resistência física extraordinária, uma cabeça privilegiada e uma vontade de aço. Trabalhava no mínimo quinze horas por dia. Dormia no máximo quatro ou cinco” (p. 371). Em suma, “era quem realmente governava o país” (p. 371), cabendo a Barrios figurar como uma espécie de símbolo da Revolução, uma entidade carismática, enfim, a face da Revolução para o mundo.

Desde o primeiro momento em que estiveram frente a frente, Ortega e Valencia entraram em conflito, situação que indica um intenso embate ideológico entre eles, haja vista possuírem visões completamente antagônicas acerca de como conduzir o desenvolvimento do projeto revolucionário recém posto em prática. Nesse sentido, tomemos, a título de exemplo, um diálogo ocorrido no Palácio do Governo, em Cerro Hermoso, o qual é motivado pela discussão de um anteprojeto para a nova Lei de Imprensa do país. Veja-se:

Roberto Valencia sorriu, acendeu uma cigarrilha, soltou uma baforada de fumaça pelas narinas e olhou firme nos olhos do outro.

– Liberdade! – exclamou o Secretário-Geral. – Liberdade! Vocês, intelectuais, se comprazem com palavras como as crianças se distraem com brinquedos. Liberdade! Em nome desse mito,

vocês, escritores burgueses, há séculos vêm produzindo uma literatura completamente alienada da luta de classes, da realidade social.

– O famoso *engagement*! – exclamou Pablo. – Por que há de o artista ou o escritor estar engajado *necessariamente* ao Partido Comunista como se este fosse o portador da verdade única, absoluta? Por que não um engajamento total com o homem? Por que não com a vida e todas as suas riquezas e ambiguidades, as suas incontáveis portas, caminhos, labirintos e mistérios? Vocês, comunistas, que tanto se jactam de seu realismo socialista, entregam-se a um malabarismo dialético com duas bolas abstratas: a História e a Humanidade. E nesse jogo dão-se o luxo de ignorar a pessoa humana. Acham lícito matar um homem para salvar a Humanidade. Assim a morte para vocês acaba por transformar-se também numa abstração. (Verissimo, 2009, p. 381-382)

Está manifesto que Ortega e Valencia, ao revezarem-se nos papéis de falante e ouvinte, valem-se de enunciados para concretizar o ato comunicativo supracitado, o qual, por sua vez, encontra-se fundamentado no fato de toda compreensão demandar uma resposta. Nessa linha de raciocínio, Bakhtin (2003, p. 271) afirma que “o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. [...]”. Assim, percebe-se claramente a discordância de ambos no que diz respeito à ideia de liberdade, conceito caro à Revolução sacramentenha. De um lado, temos Valencia, um materialista dialético, que acusa Ortega de produzir um discurso completamente alienado da realidade social, circunstância que, em sua opinião, seria altamente prejudicial para o destino de seu país. De outro lado, Ortega, o intelectual idealista que resolve pegar em armas, replica dizendo que a ideologia defendida por seu oponente carece do essencial, isto é, o homem, sendo que o verdadeiro objetivo da ação revolucionária deveria ser a libertação do indivíduo da miséria e da pobreza, e não a criação de uma narrativa na qual esse mesmo homem é sacrificado em nome de entidades abstratas, a saber, a História e a Humanidade. Trata-se de um jogo de ideias no qual a palavra definitiva é impossível, haja vista tais posições serem irreconciliáveis e profundamente antagônicas.

O diálogo em questão alicerça-se, nesse sentido, no revezamento dos papéis discursivos, fator este crucial para a execução da comunicação entre seres humanos, pois, como sustenta o linguista russo: “Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes” (Bakhtin, 2003, p. 275). Ainda que defendam pontos de vista divergentes, cada um deles respeita o turno de fala do outro,

estudando e avaliando criticamente os enunciados de seu oponente. Logo, o jogo da linguagem, que tem no diálogo seu ponto culminante, e o enunciado como realização concreta desse processo, alcança pleno êxito discursivo, haja vista a discussão ideológica entre eles não se encerrar nesse ponto do romance⁴.

As experiências discursivas individuais acima expostas servem como preâmbulo para um dos pontos de maior tensão de *O Senhor Embaixador*, “o momento culminante do romance”, na acertada observação de Appel (2009, p. 13). Estamos nos referindo ao duelo verbal entre Pablo Ortega e Roberto Valencia durante o julgamento de Gabriel Heliodoro Alvarado. Dias antes de seu constituinte comparecer à audiência que definirá sua vida, Ortega comunica a Barrios o seu desejo de defender o ex-embaixador, menos por sentimento de amizade em relação ao antigo chefe, e mais por razões humanitárias, uma vez que, em sua opinião, todos, sem exceção, merecem ter um julgamento justo, por mais atroz que tenham sido os crimes cometidos. Diante da disposição de Ortega em realizar tal defesa, o líder revolucionário adverte-o de que a sua posição no âmbito da Revolução ficaria seriamente comprometida, já que muitos camaradas não compreenderiam a posição humanitária assumida pelo jovem intelectual em relação a Gabriel Heliodoro. Além disso, revela a Pablo quem será o seu oponente no tribunal. Veja-se:

- Outra coisa. Sabe quem vai ser desta vez o promotor público?
- Não.
- Roberto Valencia em pessoa. Não tenha ilusões. *O secretário-geral será implacável. E é possível que, quando você terminar sua defesa, o promotor pedirá réplica, e poderá destruir não só o réu mas você também. Será impiedoso.*
- Posso ser franco, general? De um homem como Roberto Valencia, espero muitas coisas: inteligência, coragem, tenacidade. . . jamais piedade.
- Devo tomar isso como uma crítica ao nosso companheiro?
- Quero crer que não chegamos ainda a um ponto de endeusamento dos chefes desta Revolução que os torne imunes à crítica.
- Já meditou sobre os perigos desse tipo de raciocínio?
- Já. Mas não sei pensar de outra maneira.

⁴ Previamente a essa alteração, Ortega e Valencia já haviam manifestado divergências no campo das ideias. Situação digna de nota é a defesa por parte do jovem intelectual de um camponês erroneamente acusado de ser espião dos *federales* por parte dos revolucionários de Barrios, os quais, na visão de Pablo, não possuíam as provas necessárias para condenar o homem à morte, o que foi prontamente exigido pelo futuro Secretário-Geral. Declara Ortega: “Valencia decidiu passá-lo pelas armas sumariamente. *Protesteí, exige um julgamento.* Valencia me chamou de ‘pequeno-burguês sentimental’ e declarou em voz alta, na frente de outros oficiais, que homens como eu não estavam nem física nem psicologicamente preparados para a ação revolucionária” (Verissimo, 2009, p. 349, grifo nosso). Ainda de acordo com o relato de Pablo, é-nos revelado que o camponês foi condenado, tendo a garganta cortada por uma faca, pois não podiam se dar ao luxo de gastar munição neste momento.

(Verissimo, 2009, p. 385-386, grifo nosso)

No mesmo dia, Ortega recebe permissão para entrevistar o ex-embaixador em uma das salas do 2º Regimento de Infantaria, espaço no qual ambos dialogam sobre a situação de Alvarado, de Sacramento e seus novos líderes, bem como sobre os sentimentos contraditórios que o jovem mantém em relação a seu antigo chefe de embaixada. Ao final da entrevista, Gabriel Heliodoro faz uma importante recomendação a seu advogado, a qual, de certo modo, ecoa a advertência feita por Barrios. Afirmo o companheiro de armas de Juventino Carrera: “Outra coisa, Pablo, não se esforce demais. Não arrisque o pescoço. *Lembre-se do que eu lhe disse sobre Roberto Valencia. É um homem perigoso. Meu julgamento bem pode ser também o seu...*” (Verissimo, 2009, p. 395, grifo nosso).

E é precisamente em uma sexta-feira, 13 de novembro de 1959, no Palácio dos Esportes, a uma temperatura de trinta e três graus centígrados, que a vida de Gabriel Heliodoro será decidida por um júri popular. Cabe ao jornalista Bill Godkin o registro desse importante evento, o qual mobiliza praticamente toda a população do Sacramento. Veja-se um trecho: “*Imaginem-se mais de cinco mil corpos humanos em plena combustão amontoados num hall com um teto de zinco que, à medida que o sol sobe, vai ficando quase tão quente como uma chapa de metal incandescente*” (Verissimo, 2009, p. 396). Tanta comoção em torno de um simples julgamento deve-se, indubitavelmente, à pessoa que está no banco dos réus, além do fato de tais “*espetáculo[s]*” (p. 396), nos dizeres de Godkin, estarem alicerçados no desejo do povo por sangue e violência, conforme podemos ler neste fragmento:

Ao fim da primeira semana depois da vitória, Roberto Valencia chegou à conclusão de que os sacramentinhos, aquela raça de aficionados das corridas de touro, não poderiam contentar-se por muito tempo com os diversionismos inocentes que o Comitê Central lhes proporcionava. Podiam estar satisfeitos com o pão que recebiam, mas exigiam uma espécie mais violenta de circo. Ódios ainda ferviam em milhares de cabeças e peitos. Por muitos anos, aquela população vivera amordaçada, espezinhada e injustiçada pela tirania de Carrera. Precisava dum desabafo que se traduzisse em violência e sangue. (verissimo, 2009, p. 374)

Logo, respaldado pela vontade da própria população em ver os representantes do antigo regime pagando por seus crimes em assembleias populares, o governo revolucionário possui todos os mecanismos para expurgar de uma vez por todas os inimigos declarados da Revolução. E o ápice de tal “desabafo” encontra a sua

realização não apenas na condenação dos réus em audiência pública, mas sobretudo no fuzilamento dos criminosos na Gran Plaza de Toros, configurando-se, assim, em um verdadeiro espetáculo público nacional, o qual, em última instância, serviria como uma espécie de catarse coletiva.

Inseridos nesse ambiente profundamente abrasador, encontram-se os indivíduos imprescindíveis para que o evento comunicativo em questão possa cumprir a sua finalidade discursiva, a saber, a condenação ou absolvição do réu. Estamos nos referindo, precisamente, ao Presidente do Tribunal, aos jurados, ao promotor público e ao advogado de defesa. Membros do Conselho de Sentença, dentre eles Miguel Barrios, fotógrafos, cinegrafistas, a imprensa, guardas armados, bem como o restante do público são os atores que igualmente compõem esse quadro com ares farsescos. Destacam-se, para nossa análise, dois deles: Roberto Valencia, representando o Ministério Público, e Pablo Ortega, a defesa.

Como toda e qualquer situação discursiva pressupõe e determina um papel para cada ator social nela envolvido, é mais do que relevante levarmos em conta a relação interdependente que se dá entre discurso e identidade, conforme colocada por Stuart Hall. Segundo o teórico jamaicano, “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (2014, p. 109). Nesse sentido, as situações discursivas que, por seu turno, fazem uso dos gêneros do discurso para alcançar seus propósitos comunicativos, são as responsáveis, em parte, pela composição identitária dos indivíduos que aí interagem e se realizam enquanto seres discursivos. Aqui, tanto o âmbito social quanto a esfera subjetiva entram em cena, permitindo a cada um, na medida de suas possibilidades, o cumprimento de seus objetivos. As identidades “são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (Hall, 2014, p. 112). Em nosso caso, o evento comunicativo julgamento interpela os sujeitos Valencia e Ortega a assumirem papéis identitários intrinsecamente associados aos valores que defendem, ou seja, ao primeiro compete a tarefa de sustentar “no seu prazo de tempo as razões pelas quais ele entende que o réu deve ser condenado, por quais crimes e com quais qualificadoras” (Pinto, 2023), enquanto ao segundo cabe “por igual período de tempo,

[combater] as teses do promotor de justiça, [expondo] aos jurados as razões pelas quais entende que o réu deve ser absolvido ou ter a sua pena diminuída” (Pinto, 2023).

Nesse sentido, pelo tempo em que a audiência pública durar, Valencia e Ortega ocuparão tais posições discursivas, cientes de que os enunciados proferidos por cada um serão indispensáveis para a argumentação do outro, uma vez que “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’” (Hall, 2014, p. 110). Tal circunstância reconhece a relevância do Outro para a efetivação da comunicação verbal, a qual se funda, por sua vez, na relação dialógica e plural entre ideologias por vezes diametralmente opostas.

Estando o acusado presente no recinto – cena que desencadeia o maior alvoroço entre o público presente (Verissimo, 2009, p. 397-398) –, o Presidente da corte, seguindo o protocolo judicial, dá a palavra à promotoria para que faça as suas considerações. Sem perda de tempo, Roberto Valencia lança-se “*logo ao ataque: ‘Estamos aqui reunidos para julgar não apenas um homem, mas um regime inteiro, uma época histórica, uma negra situação que durante longos anos envergonhou e ensanguentou a nossa terra, destruiu nossa economia e desgraçou nosso povo!’*” (p. 398-399). E, ao longo de duas horas, apresenta aos membros do júri a versão da promotoria acerca dos fatos que envolvem a pessoa de Gabriel Heliodoro, a saber⁵: lista os crimes pelos quais o réu é acusado, desde abuso de poder econômico, passando por peculato e agiotagem, até a participação ativa e direta em grandes negociatas que dilapidaram o Tesouro nacional; analisa a vida íntima do ex-embaixador, notadamente suas atividades libidinosas; chama dezenas de pessoas para dar o seu testemunho verbal; prova como Heliodoro Alvarado havia sido um dos principais mentores intelectuais da conspiração atribuída a comunistas que pretendia derrubar o governo de Carrera, a qual serviria de pretexto para que o ditador continuasse no poder; imputa ao acusado envolvimento direto nas mortes de Julio Moreno (ex-presidente do Sacramento) e de Francisco Vivanco (um dos secretários da Embaixada em

⁵ É digno de nota, nesse sentido, o registro de Godkin sobre a natureza das evidências fornecidas pela promotoria. Veja-se: “[Valencia] apresentou provas abundantes da veracidade de suas acusações (algumas vagas, na minha opinião, mas outras irrefutáveis). [...] e pediu a atenção dos jurados para as fotocópias dos documentos comprobatórios de suas acusações que se encontravam dentro das pastas de cartolina” (Verissimo, 2009, p. 399).

Washington e cuja esposa era amante de Alvarado), responsabilidade indireta pelo sequestro e assassinio do professor Leonardo Gris; e, por fim, envolto pelo apoio maciço do público sacramentinho ali presente, pronuncia “*estas palavras finais: ‘Senhores jurados, nada mais tenho a dizer senão pedir a este Conselho, em nome da Justiça Revolucionária, que é a justiça mesma do POVO, que dê a Gabriel Heliodoro Alvarado, o símbolo da ditadura e da corrupção, o castigo que merece: a pena de morte!’*” (Verissimo, 2009, p. 400).

Frente a esse cenário de profunda rejeição e oposição a seu constituinte, é perfeitamente possível compreender a posição delicada na qual Pablo Ortega se encontra, ainda que ele tenha optado de forma consciente e sem pressão alguma a fazer a defesa de Gabriel Heliodoro. Tal circunstância fica bastante evidente no momento em que o Presidente do Tribunal dá a palavra ao advogado de defesa, que é alvo de duras críticas por parte do auditório, o qual o acusa de ser traidor, fascista e que deve ser igualmente levado à Praça de Touros. Após intervenção dos soldados para o restabelecimento da ordem, o magistrado chama a atenção dos presentes “*para o direito que a lei confere a ‘qualquer’ réu de ter um advogado de defesa*” (Verissimo, 2009, p. 401). A par disso, o jovem capitão Ortega não está apenas defendendo o seu cliente e os direitos deste, mas também assegura o cumprimento do processo judicial em sua totalidade, ou seja, auxilia na manutenção do equilíbrio do sistema judiciário.

Com voz firme e clara, Ortega inicia sua argumentação a favor do ex-embaixador, a qual busca refutar a tese sustentada por Valencia segundo a qual Gabriel Heliodoro simbolizaria um regime inteiro, sendo igualmente responsável pelos delitos de outros, como, por exemplo, Carrera, Ugarte, Zabala. Para o jovem intelectual, o réu deveria ser julgado pelos seus próprios crimes, uma vez que “*nem sequer tentaria contestar as acusações e as provas apresentadas pelo promotor, no que dizia respeito aos atos de desonestidade e à vida sexual de seu constituinte*” (Verissimo, 2009, p. 401). Contudo, no que tange às acusações de homicídio, as quais “*o promotor fizera com mais paixão do que lógica, com mais ódio do que provas convincentes*” (p. 401), Ortega as contesta com veemência, por não existir testemunha ocular de que Alvarado tenha sido o mandante do assassinato do ex-presidente Moreno. Em relação à Gris, nem se poderia falar em homicídio propriamente dito, visto que o professor poderia ainda estar vivo, pois nem certeza se tinha de sua morte, situação reforçada pela

ausência de um cadáver. Nesse ínterim, diante da reação negativa e hostil do público para com Gabriel Heliodoro, Ortega sugere ao Presidente do Tribunal que o julgamento seja transferido para outra data e outro local, pois seria impossível para um júri decidir com imparcialidade o destino de qualquer acusado. Antes que o juiz possa se manifestar, Valencia protesta à sugestão de Pablo, alegando que os jurados possuem o discernimento necessário para julgar as provas de modo consciente e tomar a decisão acertada. Ao que Ortega replica, censurando tanto o promotor quanto o Comitê Central de não estarem fazendo justiça, e sim executando vinganças pessoais, e oferecendo, assim, ao povo espetáculos sangrentos e violentos, que não passam de verdadeiros banhos de sangue e que dariam uma ideia equivocada dos objetivos da Revolução ao mundo. Na sequência, anuncia: “*Declaro o meu constituinte culpado duma série de delitos que justifiquem sua prisão, sua segregação pelo resto da vida, como um elemento perigoso, nocivo à sociedade. Condenem esse homem à prisão perpétua, mas poupem-lhe a vida!*” (Verissimo, 2009, p. 402).

Ao final de sua exposição, Ortega apresenta à corte um recorte de jornal, no qual se encontram afirmações de Miguel Barrios sobre as execuções públicas levadas a cabo no Sacramento. Observemos o trecho:

Voltou-se para Miguel Barrios e disse: “Entrevistado anteontem por correspondentes estrangeiros que desejavam saber quantas pessoas mais iam ser fuziladas, o General Barrios respondeu textualmente (e agora vou ler suas próprias palavras): Não se inquietem. Nossa operação de limpeza chega ao fim. Já liquidamos exatamente 499 bandidos. Com o fuzilamento, domingo próximo, de Gabriel Heliodoro Alvarado, um dos maiores criminosos do regime passado, encerraremos as execuções. Se os senhores jornalistas estão interessados em estatísticas, tenho o prazer de informar que Alvarado será o fuzilado número 500”. (Verissimo, 2009, p. 402)

A declaração proferida pelo maior representante do novo governo, materializadas em um importante gênero discursivo, uma entrevista, se configura, desse modo, como evidência contundente da fraude que caracteriza os julgamentos – meros simulacros de justiça – dos indivíduos ligados à administração derrubada, como podemos ler no enunciado que encerra a argumentação de Ortega: “*“Senhoras e senhores, a declaração que acabo de ler do Chefê da Revolução, esse prejulgamento de Gabriel Heliodoro Alvarado, torna o presente julgamento uma farsa trágica!” [...] ‘Senhor Presidente do Tribunal Revolucionário, nada mais tenho a dizer’.*” (Verissimo, 2009, p. 402-403).

Pode-se dizer que as considerações de Valencia e Ortega constituem etapa central no processo judicial de Gabriel Heliodoro, uma vez que cada parte faz uso da palavra para, por meio dela, atingir as suas respectivas finalidades comunicativas. Nessa linha de reflexão, a consideração do caráter dialógico da linguagem, traduzida aqui nos turnos de fala de cada sujeito, permite que recuperemos uma importante categoria do pensamento bakhtiniano: a “alternância dos sujeitos do discurso” (Bakhtin, 2003, p. 279), a qual, por seu turno, qualifica-se como um dos traços constitutivos do enunciado. Sua relevância se justifica pelo fato de emoldurar “o enunciado e cria[r] para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados” (p. 279-280). Seja para requerer do júri a condenação ou a absolvição de Alvarado, tais molduras discursivas empregadas ora por Valencia, ora por Ortega, atestam a eficácia da linguagem enquanto veículo de ligação entre as partes, ainda que tal relação esteja fundada em perspectivas totalmente inconciliáveis.

Seguindo o rito jurídico determinado pela corte da República do Sacramento, acusação e defesa dispuseram de tempo hábil e oportuno para fazer as suas respectivas declarações, as quais, até o presente momento, restringiram-se a cumprir o protocolo estabelecido. Decorre daí outra peculiaridade característica do enunciado, a sua “conclusibilidade específica” (Bakhtin, 2003, p. 280). Continua o autor de *Problemas da Poética de Dostoiévski*: “A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse [...] *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (Bakhtin, 2003, p. 280). Tal princípio de cessação temporária é essencial para a efetivação das exposições orais anteriormente apresentadas, uma vez que os falantes não emitem seus argumentos *ad infinitum*. Quer dizer, aos usuários de uma língua são oferecidas diferentes ferramentas que sinalizam o momento oportuno para suspender o ato de fala e dar a palavra ao outro, configurando, assim, um revezamento dialógico entre as partes. “Alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado”, arremata Bakhtin (2003, p. 280).

Após a promotoria e a defesa terem exposto suas respectivas teses sobre o assunto em questão, seria de se esperar que o Presidente do Tribunal suspendesse a sessão, solicitando ao júri que se retirasse para deliberar sobre o caso. No entanto, as duras críticas feitas por Ortega à forma como o sistema penal está sendo aplicado no

Sacramento pelo Comitê Central desperta a ira de Roberto Valencia, situação que o leva a pedir a palavra – tal como prenunciado anteriormente por Barrios em conversa com Ortega –, a qual é prontamente concedida pelo juiz. E é a “conclusibilidade” do enunciado do ex-diplomata que possibilita ao secretário-geral a elaboração de uma réplica de aproximadamente vinte minutos, limitada “*a atacar pessoal e frontalmente Pablo Ortega*” (Verissimo, 2009, p. 403). Veja-se:

“Desde que esse moço apareceu no nosso acampamento na Serra da Caveira, para unir-se às nossas forças, compreendi que ele estava mais interessado em resolver seu problema pessoal do que em salvar nosso povo da ditadura e da miséria. Bisneto, neto e filho de latifundiários, Pablo Ortega y Murat é o tipo mais representativo que conheço do intelectual ambivalente, escravo de falaciosas abstrações, desses que querem e ao mesmo tempo não querem a revolução, que desejam e ao mesmo tempo temem a mudança da estrutura socioeconômica de sua pátria”. [...] “Tipos como Pablo Ortega [...] são os germes de infecção que todas as revoluções carregam inevitavelmente no seu organismo, elementos que um dia se transformarão em desertores, sabotadores e contrarrevolucionários.” (VERISSIMO, 2009, p. 403)

A invectiva de Valencia mostra-se bastante eficaz, gerando aplausos e apoio do público sacramentinho que acompanha o julgamento, o qual compartilha de sua perspectiva no que toca a figura de Ortega. Entretanto, antes que o juiz possa encerrar a sessão e retirar o júri, o defensor do ex-embaixador rapidamente ergue-se de sua cadeira e exige do Presidente do Tribunal o direito de se defender, uma vez que, segundo ele, fora alvo de graves acusações. Solicita, assim, dez minutos para rebater as sérias acusações de Valencia, obtendo a aprovação de Barrios e do magistrado. Ainda que detenha tempo consideravelmente menor que o de seu oponente, Ortega, mediante o direito de resposta que lhe é concedido, concretiza um importante critério da “conclusibilidade” do enunciado: “a possibilidade de *responder a ele*, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva [...]” (Bakhtin, 2003, p. 280).

Observemos, então, trechos da réplica do jovem capitão:

“O Secretário-Geral conseguiu fazer o que há muito desejava. Colocou-me a mim também no banco dos réus. [...] Pois eu quero aproveitar a oportunidade para acusá-lo publicamente de estar deturpando as finalidades de nossa Revolução! [...] “Entre os males da ditadura que combatemos, um dos que mais indignavam os homens de pensamento era a falta de liberdade de expressão, do livre câmbio de ideias.” Pablo Ortega de novo estendeu o braço na direção do secretário-geral e alteando a voz e escandindo as sílabas, disse: “Eu acuso o Coronel Roberto Valencia de estar já engendrando para o nosso novo regime leis e dispositivos políticos tendentes a eliminar o diálogo!” [...] “Sim”, prosseguiu Ortega, “Roberto Valencia está organizando as bases dum Estado Totalitário em que todos nós correremos o risco de deixar de

ser criaturas humanas para nos tornarmos elementos estatísticos e burocráticos, abstrações, em suma!" (Verissimo, 2009, p. 404-405)

Diante de enunciados carregados de vivacidade, indignação e mordacidade, cabe salientar a polifonia de vozes aqui representada, a qual em sua essência dialógica, permite aos interlocutores alcançarem de modo pleno todas as possibilidades inerentes à execução de uma "experiência discursiva individual" (Bakhtin, 2003, p. 294). Por um lado, o Secretário-Geral não está totalmente errado ao questionar a demora por parte de Pablo em reconhecer o erro de servir a uma administração corrupta, bem como acerta em cheio ao mencionar a ambivalência que caracteriza o caráter e as ações do jovem revolucionário, situação que o próprio Ortega admite em diversas sequências da narrativa, notadamente nos diálogos com Gris e Godkin. Por outro lado, é impossível não concordar com a visão do advogado de defesa no que diz respeito à deturpação, levada a cabo principalmente por Valencia, dos objetivos da Revolução posta em marcha no Sacramento, que, segundo Pablo "*nos pertence a todos*" (Verissimo, 2009, p. 406). Exemplo bastante evidente de tal estado de coisas é a nítida farsa que caracteriza os julgamentos dos indivíduos ligados ao governo derrubado, que sequer dispõem de um verdadeiro e real aparato que execute a justiça nos moldes jurídicos tradicionais. Prova igualmente cabal da ausência de cumprimento das leis judiciais e da supressão do diálogo é o fato de o réu nem mesmo ser interrogado pelas partes, circunstância que poderia permitir ao corpo de jurados uma visão menos preconcebida e parcial acerca de Gabriel Heliodoro. E como demonstrou de modo perspicaz o romancista inglês George Orwell em obras como *Animal Farm* e *1984*, não é tão impossível assim o nascimento e a consequente implantação de um estado totalitário que desumanize seus cidadãos, transformando-os em verdadeiras abstrações.

E é precisamente no momento em que Ortega toca nesse ponto nevrálgico que Valencia o chama de idiota e o manda calar a boca, fato que leva o ex-primeiro-secretário da Embaixada do Sacramento em Washington a dizer: "*É bem como afirmei. O Secretário-Geral prefere o insulto ao diálogo*". (Verissimo, 2009, p. 405). Ao perceber que o juiz bate no tímpano, Pablo faz questão de lembrar a corte de que dispõe de mais sete minutos. Nesse ínterim,

Valencia [ergue-se e grita]: "Se o Capitão Ortega quer mesmo o diálogo, vou dar-lhe já a resposta que ele merece. Uma revolução não se faz com poetas, artistas e literatos que têm

horror ao sangue e à violência. Um país não se constrói com inocentes sonhadores, mas sim com homens que, quando necessário, atiram primeiro e fazem as perguntas depois. Temos pela frente um inimigo formidável, amparado por uma das nações imperialistas mais poderosas da terra. Se de alguma coisa posso ser 'acusado', é de saber exatamente o que quero, e de estar amparado numa ideologia". Disse isso e tornou a sentar-se. Romperam aplausos em toda a sala. (Verissimo, 2009, p. 405)

A inevitável menção ao termo “ideologia” não passa despercebida pela lente crítica de Pablo Ortega, uma vez que se evidencia como conceito central no que tange à sua constituição enquanto homem de ideias. Pode-se dizer, nesse sentido, que a decisão por ele tomada de unir-se aos rebeldes liderados por Barrios faz com que assuma a posição de intelectual revolucionário, consoante a definição proposta por Norberto Bobbio (1997). Para o filósofo político italiano, trata-se de um indivíduo que luta “contra o poder constituído em nome de uma nova classe e pela instauração de uma nova sociedade [...]” (Bobbio, 1997, p. 124). E é exatamente o que podemos ler na declaração de Ortega abaixo transcrita:

“Ideologia! – repetiu Ortega. – Foi bom que o bravo coronel tivesse usado essa palavra... Na minha opinião, ideologia é um vocábulo de sentido elástico, que se pode espichar ou encolher de acordo com as necessidades do realismo político, comunista, fascista e mesmo da nossa famosa democracia liberal. Se uma ideologia não for rigorosamente mantida dentro de certos limites de moralidade e ética, acabará por se desumanizar, e a tirania se estabelecerá em nome dela. O Coronel Valencia diz que uma revolução se faz com homens que atiram primeiro e fazem as perguntas depois. Eu tenho um nome para esse tipo de gente: 'fanático'. Tenho visto em minha vida fanáticos dentro duma sotaina negra, dum dólmã de comissário... ou em mangas de camisa, numa praça de touros, exigindo aos berros o sangue do touro, do toureiro ou de ambos!” [...] “Para terminar, quero avisar não só ao Coronel Valencia, mas a todos os que me escutam, que não pretendo desertar, nem fazer atos de sabotagem e muito menos tomar parte numa contrarrevolução. Porque esta Revolução nos pertence a todos. Ela não é de Washington mas também não é de Moscou. É nossa, de nosso povo (Verissimo, 2009, p. 406)

A discussão em torno de um conceito altamente complexo como o de ideologia certamente transcende os objetivos deste ensaio⁶; porém, é mister reconhecermos a relevância que tal ideia assume no contexto de uma obra como *O Senhor Embaixador*, em geral, e no duelo verbal entre Valencia e Ortega, em particular. Este está coberto de razão ao referir a elasticidade que fundamenta a noção de ideologia, conforme podemos ler nas seguintes palavras de Eagleton (1997, p. 15):

Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia [...]. E isso não porque as pessoas que trabalham nessa área sejam notáveis por sua pouca inteligência, mas porque o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente

⁶ Nesse sentido, sugerimos a leitura do excelente *Ideologia: uma introdução* (EAGLETON, 1997).

seria, portanto, inútil, se é que possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias [...].

Logo, a apreciação crítica de Pablo Ortega em relação aos usos variados e distintos que se pode fazer com o conceito de ideologia justifica-se plenamente no momento em que a cotejamos com as palavras de Eagleton (1997), o que, por sua vez, comprova a riqueza interpretativa possibilitada pela análise de um texto ficcional. Importa ainda levar em consideração a “advertência” feita pelo jovem capitão ao final de seu discurso – sem dúvida, uma das mais belas passagens do romance –, a qual manifesta uma verdadeira profissão de fé na crença de que os seres humanos podem de fato construir as bases de uma sociedade mais justa e igualitária se forem realmente capazes de agregar a sua identidade individual e coletiva não só uma vigilância constante em relação às políticas adotadas por seus líderes, mas também a adoção de sentimentos mais nobres como amor, tolerância e honestidade⁷. Na sequência, Ortega retorna ao seu lugar, o Presidente do Tribunal encerra a sessão e anuncia o recesso, no qual compete ao Conselho de Sentença julgar o caso. Este, no que lhe concerne, culmina em um veredicto já esperado por todos, ou seja, Gabriel Heliodoro Alvarado é julgado culpado por seus crimes, sendo “*fuzilado* [a 15 de novembro de 1959], às dez horas, na Grande Praça de Touros desta capital [Cerro Hermoso]” (Verissimo, 2009, p. 407). E, “segundo o cronista político de *Revolución*, a execução [...] naquela manhã de domingo [...] constituiria ‘um espetáculo inesquecível pelo seu sentido simbólico e histórico’” (p. 421).

Conforme podemos perceber por meio da análise empreendida até aqui, é válido registrar que o embate retórico-ideológico que se dá entre Roberto Valencia e

⁷ É interessante, no âmbito dessa reflexão, a relação entre identidade e sociedade, haja vista a declaração de Ortega referir-se à construção de um futuro mais digno para a sua pátria, o que certamente diz respeito à constituição identitária de cada cidadão do Sacramento. Desse modo, vale a pena cotejar a seção final do discurso de Pablo com as seguintes colocações de Hall (2014, p. 108-109): “As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’.” Corolário disso é que o destino de um povo, no caso o sacramentino deveria ser conduzido pelas suas próprias mãos, através de um governo democraticamente eleito e respeitador do direito de cada sujeito no exercício de sua cidadania.

Pablo Ortega funda-se em uma relação diferencial entre as “posições-de-sujeito” (Hall, 2014, p. 112) que cada um deles assume a partir do contexto discursivo no qual estão inseridos. Isso implica, na pertinente observação de Hall (2014, p. 110), “[n]o reconhecimento [...] de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*”, que o significado do conceito de identidade pode ser plenamente compreendido em toda a sua potencialidade crítica e discursiva.

E é nessa ênfase no papel do outro, na relação interdependente entre os sujeitos que proferem enunciados que toda a comunicação entre os indivíduos se baseia. Pois, como assevera Bakhtin (2003, p. 298), “o enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado”, visto que “a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento”. Configura-se, assim, uma autêntica rede de relações entre os enunciados de Valencia e Ortega, que, em turnos de fala específicos, revezam-se nas posições de autor e destinatário de suas respectivas exposições orais, as quais se situam em um contexto pragmático bem delimitado, um julgamento. Vale lembrar, nesse sentido, que “as funções exercidas, bem como a pessoa do orador, constituem um contexto cuja influência é inegável: os membros do júri apreciarão de modo muito diferente as mesmas observações pronunciadas pelo juiz, pelo advogado ou pelo promotor” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 363). Está manifesta, nessa linha de reflexão, a dura luta travada por Pablo Ortega na tentativa de evitar que condenem o ex-embaixador à morte, haja vista o júri estar cercado por um ambiente marcadamente hostil a Gabriel Heliodoro. Este, no dia que precede o seu julgamento, em diálogo com o seu advogado, encontra-se plenamente consciente do sistema que vai decidir a sua vida, chegando ao ponto de até mesmo admirar Roberto Valencia. Veja-se: “É um homem. E uma revolução de verdade só se pode fazer com homens dessa têmpera. Não esqueça nunca, Pablo, que a razão está *sempre* do lado dos vencedores” (Verissimo, 2009, p. 393). Felizmente, o jovem revolucionário, fiel e coerente a seus princípios, está disposto a lutar por seus ideais e acredita apaixonadamente na

existência de um futuro melhor para a sua pátria, o qual ele crê que possa ser alcançado, entre outros meios, através da revolução recentemente posta em prática.

Diante do exposto, verifica-se que o conceito de linguagem se constrói mediante um enfoque dialógico, em uma recusa frontal a quaisquer perspectivas totalizantes, fechadas e monológicas de comunicação entre os sujeitos de uma dada comunidade linguística. Além do mais, compreendido dessa forma, o fenômeno da linguagem e sua consequente concretização nos discursos de Roberto Valencia e Pablo Ortega manifesta todo o seu potencial ideológico, uma vez que se encontra fundado na tensão entre pontos de vista distintos sobre problemas que acometem a ambos. Logo, se o enunciado está direcionado para um destinatário real ou virtual, isso permite que se aceite a concepção bakhtiniana da palavra como essencialmente ideológica. Escreve o autor russo: “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (1995, p. 41). As palavras se apresentam, assim, como material vital para que um escritor de ficção como Erico Verissimo dê vida a suas personagens e, de modo análogo, possa se expressar nos limites do mundo real, posicionando-se magistralmente contra toda e qualquer forma de tirania que possa vir a se desenvolver em nosso planeta.

“Uma boa literatura é a que põe radicalmente em discussão o mundo em que vivemos”

Ao ponderar sobre a capacidade transformadora da palavra e a recusa à quaisquer modalidades de censura, Erico Verissimo cita textualmente, em um depoimento dado em 1970, o escritor e filósofo francês Albert Camus, para quem “é necessário defender [...] o diálogo e a comunicação universal dos homens uns com os outros, [sendo] a servidão, a injustiça e a mentira [...] os flagelos que rompem essa comunicação e interditam esse diálogo [e] por tudo isso nós os devemos repelir” (*apud* Verissimo, 1999, p. 61). Tal defesa do diálogo como meio de participação nas relações sociais e a consequente propagação de diferentes ideias sobre os problemas que afligem a humanidade apresenta-se como pedra de toque no que concerne à ficção do autor de Cruz Alta, conforme podemos ler nas páginas analisadas de *O Senhor*

Embaixador, por exemplo. Contrário a toda atitude repressiva, Pablo Ortega materializa o espírito humanista e libertário postulado pelo próprio Verissimo ao longo de sua carreira literária. A propósito, em uma entrevista datada de 1971, lemos que “nenhum governo sem contestação poderá manter-se em permanente renovação. O direito de criticar construtivamente deve ser mantido. [...] É um erro funesto confundir crítica patriótica com subversão. Estamos correndo o risco de perder o hábito de pensar” (Verissimo, 1999, p. 87). Reforça-se, desse modo, a relevância discursiva das críticas de Ortega ao modo como o Comitê Central Revolucionário está conduzindo a aplicação da justiça na presente situação da República do Sacramento, tendo em vista o fato de Valencia qualificar os atos de Pablo como subversivos e lesivos aos interesses nacionais. Esse último dado ainda indica ao leitor a não aceitação por parte do Secretário-Geral de opiniões e posições contrárias a sua, o que, em última instância, revela o caráter autoritário de tal indivíduo.

Nesse sentido, as “experiências discursivas individuais” de Roberto Valencia e Pablo Ortega examinadas neste trabalho exemplificam uma autêntica polarização de ideias que, por sua vez, funda-se na dicotomia entre duas personalidades que, por mais divergentes que possam vir a ser, constituem dois lados de uma mesma moeda. Assim, “é exatamente porque o tirano não tem nenhum desejo de sobressair nem qualquer paixão pela distinção que lhe é tão agradável se colocar acima da companhia de todos os semelhantes”, ao passo que “é o desejo de sobressair que faz os homens amarem o mundo, apreciarem a companhia de seus pares e ingressarem na esfera dos assuntos políticos” (Arendt, 2011, p. 164). Essa passagem da autora de *Sobre a Revolução*, a nosso ver, pode muito bem sintetizar a oposição dialética Valencia/Ortega.

Essa pluralidade de vozes encontra solo fértil para desenvolver-se precisamente no romance, gênero discursivo dialógico-plurissignificativo por excelência, e que tem em *O Senhor Embaixador* um exemplo paradigmático daquilo que Bakhtin (1998) assevera sobre esse importante gênero textual. De acordo com o pensador russo, “a verdadeira premissa da prosa romanesca está na estratificação interna da linguagem, na sua diversidade social de linguagens e na divergência de vozes individuais que ela encerra” (Bakhtin, 1998, p. 76). Desse modo, o romance não se caracterizaria tão somente como representação da realidade, mas igualmente enquanto espaço

apropriado para que o dialogismo e a polifonia⁸ alcancem o protagonismo que lhe é mais do que justificado.

Erico Verissimo, nessa linha de reflexão, qualifica-se como um romancista social, efetivando ao longo do processo criativo e, depois, durante a recepção de sua obra pelo público, a aludida função política da literatura (Dacanal, 1995). Enquanto “gesto de rebeldia contra um mundo insatisfatório” (Chaves, 1972, p. 83), *O Senhor Embaixador* claramente traduz a tarefa a qual seu autor não renuncia sob hipótese alguma, qual seja, a de “contar histórias de ficção para que estas, denunciando a realidade ou substituindo-a, remetam a horizontes mais amplos” (Chaves, 1972, p. 83). Resulta daí que “a irrealidade e as mentiras da literatura são também um veículo precioso para o conhecimento de verdades ocultas da realidade humana”, na acertada avaliação do escritor peruano Mario Vargas Llosa (2009, p. 30). O texto ficcional, considerado sob essa grade de leitura, conquista o merecido lugar no rol das narrativas que buscam dar ao ser humano maior compreensão sobre a vida em todas as suas dimensões. Além do mais,

outra razão para conferir ao romance um lugar de relevo na vida das nações é que, sem ele, o espírito crítico, motor da mudança histórica e o melhor defensor da liberdade de que dispõem os povos, sofreria um empobrecimento irreparável. Porque uma boa literatura é a que põe radicalmente em discussão o mundo em que vivemos. Em todo grande texto de ficção, e muitas vezes sem que os autores o hajam proposto, existe uma predisposição sediciosa. (Llosa, 2009, p. 26)

Reconhecida, pois, a importância da literatura para o fortalecimento das relações humanas, é indispensável lembrarmos que ela tem na linguagem o seu veículo de expressão e continuidade ao longo dos tempos. Sem linguagem, nada seríamos, uma vez que ela “representa o verdadeiro vestígio de nossa finitude” (Gadamer, 2002a, p. 180). E é no diálogo que o fenômeno da linguagem encontra a sua mais completa realização, pois, como o texto literário, que está sempre aberto a novas possibilidades interpretativas, o diálogo carrega em si uma inconclusibilidade fundamental: “Todo diálogo possui, portanto, uma infinitude interna e não acaba nunca. [...] Toda interrupção desse diálogo guarda, por sua vez, uma referência interna à retomada do diálogo” (Gadamer, 2002a, p. 180). A linguagem, pois, qualifica-se como onipresente nos mais diversos campos da atividade humana, os

⁸ Cf., nesse sentido, Lima e Silva (1992).

quais têm nos gêneros do discurso as ferramentas necessárias para que a comunicação humana obtenha viabilidade e sucesso.

Por fim, cabe dizer que a análise de um romance da envergadura de *O Senhor Embaixador*, sob o ponto de vista das experiências discursivas de personagens tão significativas como Roberto Valencia e Pablo Ortega, permite que leiamos nessa narrativa de Erico Verissimo não só um alerta contra as devastadoras consequências que um governo autoritário pode trazer para uma nação outrora democrática, mas também a sinalização do romancista, principalmente por meio da figura do jovem intelectual Ortega, para que preservemos um sentimento sem o qual não poderíamos existir enquanto sujeitos: a esperança.

REFERÊNCIAS

APPEL, Carlos. Prefácio. In: VERISSIMO, Erico. *O Senhor Embaixador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 8-14.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998. p. 71-210.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BORDINI, Maria da Glória. Do moderno ao pós-moderno. In: CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, IMS, n. 16, nov. 2003. p. 141-157.

CESAR, Guilhermino. O romance social de Erico Verissimo. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972. p. 52-70.

CHAVES, Flávio Loureiro. Erico Verissimo e o mundo das personagens. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972. p. 71-85.

DACANAL, José Hildebrando. Era uma vez literatura... In: DACANAL, José Hildebrando. *Era uma vez literatura...* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995. p. 9-22.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. Homem e linguagem. In: GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002a. p. 173-182.

GADAMER, Hans-Georg. A incapacidade para o diálogo. In: GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 242-252.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA E SILVA, Márcia Ivana de. A polifonia em *O Senhor Embaixador*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, mar. 1992, p. 111-123.

LLOSA, Mario Vargas. É possível pensar o mundo moderno sem o romance? In: MORETTI, Franco (Org.). *O romance: a cultura do romance*. v. 1. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 19-32.

ORWELL, George. Por que escrevo. In: ORWELL, George. *Por que escrevo e outros ensaios*. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2021. p. 9-19.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PINTO, Ronaldo Costa. Os debates entre acusação e defesa no Tribunal do Júri. *Migalhas*, 20 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/399413/os-debates-entre-acusacao-e-defesa-no-tribunal-do-juri>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania: vinte lições tiradas do século XX para o presente*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SNYDER, Timothy. *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VERISSIMO, Erico. *A liberdade de escrever: entrevistas sobre literatura e política*. Organizado por Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1999.

VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta: memórias*, v. 2. Organizado por Flávio Loureiro Chaves. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VERISSIMO, Erico. *O Senhor Embaixador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Bruno Brizotto possui graduação em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (2012), mestrado em Letras pela mesma Universidade

(2014) e doutorado em Letras
pela Universidade Federal do Rio Grande
do Sul (2019). Áreas de atuação: Estéticas da
recepção e do efeito, memória, Erico
Verissimo, língua e literatura inglesa. Atua como
professor de língua inglesa em rsos de idiomas e na
rede estadual de ensino em Caxias do Sul. Email:
brunobrizotto@gmail.com